*Na história da humanidade (e dos animais também) aqueles que aprenderam a colaborar e improvisar foram os que prevaleceram.*

*Charles Darwin*

Caro amigo

Como te disse fiquei muito contente em te ver nos quadros de uma associação de extrema importância para a Organização. Na verdade, aquele conceito que existia de serem os Nossos Generais os responsáveis pela defesa dos nossos interesses está desajustado da realidade que hoje vivemos. Hoje vive-se um tempo diferente. Um tempo repleto de mentira e contrassensos. Uma realidade social assente no individualismo, no caciquismo e na promiscuidade de uma economia liberal que promove uma ditadura encapotada e que faz cair por terra valores ancestrais e sempre cultivados no seio da organização.

Assim, neste enquadramento, que promove e facilita o nepotismo em torno de arteirices e engodos, porque, na verdade, a vida é feita da perceção dos factos e não dos factos em si mesmo, nunca poderemos esperar que os Nossos Generais, presos a ditames e estatutos castradores, promovam o choque das realidades e, perante o "desaforo" público, tenham a disponibilidade legal para contraporem ideias e verdades perante jornalistas e políticos habituados a viver na anarquia da mentira.

Entretanto, mais grave ainda, os Nossos Generais, perante uma sociedade portuguesa sem valores, onde as organizações do estado e os seus chefes têm cada vez mais uma menor expressão em termos da importância estatutária, têm um valor praticamente nulo em termos da projeção de uma vontade ou identidade. Num país que pensa em Euros, onde todos opinam sobre tudo, quase sempre tendo por base uma linguagem falaciosa e amoral, o discurso retórico dos Nosso Generais (…último bastião da soberania…casta de homens e mulheres que são defensores de valores intemporais…), ao qual associamos quase sempre um nervosismo indisfarçável e que quase sempre comporta ideias impostas por uma retórica a que o dever de lealdade perante a tutela impõe, apenas nos transporta para identidade pretendida pelos políticos. Ou seja, uma organização dispendiosa, desconhecida, com uma utilidade duvidosa, e para a qual os políticos não vislumbram qualquer futuro histórico.

Por isso, se queremos arrepiar caminho e inverter este ciclo, temos que recorrer a associações que projetem um discurso pragmático e acutilante em termos de ideias pré-concebidas e possibilidades de clarificação. Ou seja, importa inverter o discurso e com determinação trazer à liça a verdade e o esclarecimento de falácias e argumentos para os quais há sempre grandes certezas mas poucas verdades.

Em suma, explicar, de forma clara e simples que:

1. As FA não existem porque os militares querem que elas existam. Elas existem porque o Estado português, governado por políticos, assim decidiu. E elas acabam quando esse mesmo Estado e esses políticos assim decidirem. Mas cuidado, se elas acabarem, outras organizações, pagas pelo contribuinte, terão que assegurar a fiscalização do espaço de soberania. Esses mesmos contribuintes, financeiramente, terão que assegurar a "representatividade" que não conseguiremos assegurar em Teatros de

Operações Internacionais no seio das Alianças a que pertencemos. Terão que "pagar" a afirmação da lei e princípios elementares da sobrevivência do Estado enquanto sociedade organizada. Em suma, terão que assegurar algo que custará sempre muito mais do que o 1% do PIB que hoje representamos. Só o atual desgoverno e os interesses economicistas promovem uma sociedade sem defesa. Mas por vezes sinto que esse deveria ser o caminho. Seria sempre interessante pensar uma sociedade com contornos de enquadramento de uma Idade Média, em que as regiões e aldeias serão regidas por Exércitos privados. Um pouco como o que está a acontecer na saúde e em outras funções sociais do Estado, sinto que para lá caminharemos. E se essa realidade não se efetiva em definitivo, aquilo que hoje vivemos nas unidades com orçamentos castradores e impeditivos de qualquer modernização ou manutenção de identidade, para lá nos empurram. Na verdade, talvez seja esse o objetivo. E depois, aqueles que têm mais posses, os verdadeiros "donos de Portugal", criarão os seus Exércitos pessoais.

2. As FA não se fazem por decreto. Não podemos fechar agora para só abrir depois. Não podemos simplesmente encerrar para depois abrir concurso público para um Cmdt Batalhão, três Cmdts Companhias ou um apontador de morteiro. As FA não são uma repartição de finanças que encerra no Alandroal e que vive de quadros administrativos que facilmente poderemos recrutar ou canibalizar. A arte da guerra envolve TTP que existem e se consolidam por uma prática intemporal passada de geração para geração. A gestão do caos e da violência não se faz com um Doutor em Ciência Política, um Mestre em Gestão de Empresas ou um politólogo. A aprendizagem para a gestão do caos e da violência faz-se em Escolas Militares e consolida-se em percursos de formação continuados e verdadeiramente sustentados (técnica e financeiramente). Depois, principalmente o Exército, um Batalhão ou uma Companhia são pessoas. Essas pessoas representam efetivos. Efetivos aos quais se tem sempre que associar um vencimento e condições de sobrevivência (instalações e equipamentos). Ou seja, não podemos simplesmente constituir um Pelotão de Infantaria com 10 homens quando no passado tinha 30. A sua organização ternária a 30 homens, tendo por base os sistemas de armas que emprega e o conceito de força empenhada, em apoio e em reserva, tem que continuar a existir e tem que continuar a comportar os 10 homens que atacam ou defendem, os 10 que apoiam e outros 10 se constituem como reserva do Pelotão. Depois, esses 30 homens, não podem ser chefiados por um só homem. E só dividindo-os por 3 chefes se conseguirá alguma harmonia em termos da tomada de decisão e gestão. Este mesmo racional pode ser transportado para outras realidades. Ou seja, porque queremos reduzir, retiramos o municiador do carro de combate e dizemos ao chefe de carro que passará a ser ele a fazer essa função enquanto o condutor se "governa"? Será que a sociedade percebe que um estado-maior de uma brigada, que pode comportar para cima de 40 pelotões, fruto da velocidade e volatilidade da disseminação de informação, tem que ter 3 vezes mais quadros do que aqueles que existiam na II Guerra Mundial, período em que as informações eram vinculadas por telefone (quando havia) e onde os média atuavam com papel e lápis? Será que a sociedade acredita que o desempenho e valor de uma força armada se consolidam sem homens e, como vem sendo pretendido, sem treinar? E depois? Se correr mal? A culpa é do Estado? Mas quem é o Estado? Talvez no fim da linha seja o

1.º Sargento ou o Alferes que se enganou ou decidiu mal porque a TTP não foi consolidada por falta de verbas durante o período de aprontamento.

3. As FA não assumem mais missões de interesse público porque o Estado e os políticos que as gerem não querem. Se assim fosse há muito que já existiria o enquadramento legal para a legitimação de patrulhas em floresta nos períodos de veraneio. E há muito que os nossos quadros, principalmente os Oficias, seriam canalizados para o planeamento e direção da Proteção Civil. Mas não. Não interessa. É mais fácil manter o ciclo do caos. É mais fácil manter o desgoverno e promover lideranças consolidadas em associativismos que, mais que uma vez, provaram a falência das capacidades de direção e gestão pois, na verdade, estão sempre mais preocupados com os interesses pessoais e cooperativos, algo que ano após ano se vem traduzido nos financiamentos "pornográficos" para a aquisição e aluguer de apoios de última hora. Um dia fui ao "Dia dos Bombeiros Voluntários da Ericeira". Para além de uma evidente feira de vaidades, constatei que só os bombeiros de Mafra e Ericeira tinham mais ambulâncias que todo o Exército, para não dizer Forças Armadas. Imaginemos em termos nacionais somando todo o resto. Inacriditável.

4. Enquanto toda a Europa, sem exceção, investe nas indústrias de defesa porque, na verdade, enquanto houverem Estados e pessoas haverá sempre interesses, caos e violência, o Estado e os políticos que nos governam estão mais interessados com outras agendas e não promovem qualquer estratégia para a prossecução dessa realidade. Simplesmente não promovem ideias. Não projetam esse interesse em potenciais nichos de atuação como os nossos parceiros da CPLP. Na verdade, é mais fácil dizer que invertemos o ciclo da retoma, que os mercados deram respostas favoráveis ou que estamos a dinamizar a economia. Exemplo gritante desse estado de alma tem sido a estratégia de atuação dos quadros das FA que vão sendo destacados para missões de natureza técnico-militar junto dos PALOP. Vamos sem estratégia. Somos os únicos que junto das autoridades militares e civis dos PALOP projetamos confiança e saber. Mas são os outros países como a China, EUA, Grã-Bretanha, Austrália ou Brasil, que constroem e projetam nichos de mercado junto do aparelho militar e civil enquanto os militares portuguesas se limitam a saldar a dívida da descolonização. Talvez sejam eles, os outros, que estão enganados. Entretanto, no que aos militares portugueses respeita, vão-se agrafando os estereótipos do mercenário, esquecendo o comum dos mortais que os 3.000 Euros que se auferem a mais (para além do vencimento), nada representam quando comparado com o vencimento do Deputado no Parlamento Europeu ou do pedreiro no Luxemburgo. E esses, estou certo não necessitam de seguros de vida ou sofrerão de stress pós-traumático. Ou será que estou enganado?

5. O vencimento de um TCOR, sem o duodécimo, ronda os 1500 Euros, valor igual ao recibo em 2003, na altura como Major. Todavia, não tenho problema que haja esta contenção. Até sou capaz de entender. Mas o que não entendo é a gritante fuga ao fisco que continua por acertar. Como não entendo que só eu e apenas eu em 34 pessoas solicite a fatura com NIF nas compras do supermercado. Assim como não entendo que os casos BPN se arrastem em processos infindáveis em que os culpados não existem. Depois, quando nos media se arrastam as opiniões, fica claro que alguém

mente. Há sempre alguém que mente. Mas para o "tuga" a habilidade está em manter e transformar essa mentira na verdade absoluta. Por exemplo, num debate promovido pela Antena 1, o Nosso General Garcia Leandro referiu que o MDN lhe tinha dito que nada sabia de "tropa". Mais tarde o MDN desmentiu essa afirmação. Pergunto: mentiram os dois? E na Assembleia? Mentem todos? Será que ninguém se preocupa em saber quem falará verdade? Mas se quisermos falar em vencimentos também seria interessante perceber o "ciclo do dinheiro", algo que ninguém comenta mas que merece uma série reflexão. Isto é, os 1.500 Euros são colocados mensalmente na minha conta. Mas desses 1.500 Euros, no final do ciclo de empenhamento mensal, restarão 50 ou 100 Euros. Pergunto: Não existem porque investi em certificados de aforro ou aplicações financeiras? Ou não existem porque se pagou a renda, as contas da água e energia, as contas da internet, o combustível, a cantina escolar dos miúdos, a roupa dos miúdos ou o seguro de vida? Se assim foi, qual a parte que o estado coleta aos beneficiários dos meus compromissos? Onde fica o dinheiro? Nos lucros dos acionistas? Nas contas offshore?

Em suma, neste longo chorrilho de reflexões avulsas, muitas deles sem a verdadeira clareza e pragmatismo que deveria colocar no papel, partilho contigo desabafos e uma genuína dor de alma que já não vou conseguindo disfarçar.

Quando todos os dias lei o jornal sinto-me como se fosse o refluxo do vómito que quero expulsar mas que, por simplesmente me sentir esgotado, é-me mais fácil engolir.

Com este sentir de revolta, apenas te quero ajudar na exploração de muitos aspetos que vão muito para além dos vencimentos e das carreiras e que se centram, essencialmente, na incompetência de quem nos governa, no desconhecimento da nossa identidade por parte de uma sociedade dividida, egoísta e amorfa, e da impossibilidade de continuarmos a assistir à mentira e à demagogia, facto que nos tem que obrigar a assumir um confronto ideológico marcado pela repudiação da injustiça, da embustice e da anarquia imposta pelos interesses de alguns.

Acima de tudo temos que querer um confronto ideológico que promova a agregação da sociedade portuguesa em torno dos nossos valores intemporais.

Perguntas então: Como fazê-lo?

Com um golpe palaciano? Julgo que não. Mas cuidado, os sinais de Europa a duas rotações acentuam-se. E a refega que hoje vai existindo em limites mais ou menos distantes é endémica. A ver vamos! Já esteve mais longe.

Assim, julgo oportuno a exploração destas reflexões:

Em primeiro lugar através da dinamização da imagem organizacional. Porque é que os trabalhos do Regimento de Engenharia 1 na Praia de Espinho durante as recentes intempéries não mereceram a atenção dos media? Porque é que ninguém fala sobre a missão no Uganda, empenhamento nacional que em termos estratégicos tem um impacto tremendo nos custos finais dos produtos made in Asia? Perguntarás: É a AOFA tem que fazer isso? Claro que não. Mas junto da tutela tem que forçar essa necessidade de projeção mediática. Numa altura em que se sofre o peso de uma crise que não criamos e que nos custa a aceitar há uma tremenda

necessidade de valorização da identidade profissional e, sem qualquer dúvida, esta é a única forma. Entretanto, temos que promover e propor o impensável na continuidade desse propósito. Desde a introdução dos assuntos de defesa nos programas curriculares do secundário, passando pela abertura e apoio aos centros de investigação universitários e empresarias como forma de projeção de valor, tudo é válido. Importa, acima de tudo, que as chefias entendam a organização como verdadeiramente sua, lutem pela sua sobrevivência mediática e tenham muita, mesmo muita imaginação. Se continuarmos amorfos, com cerimónias militares que só servem a nossa vaidade, continuaremos a programar a nossa eliminação. E se a Marinha e a Força Aérea já vão contrariando esta tendência o Exército, esse, continua no percurso errático.

Em segundo lugar temos que inverter o discurso. Ou seja, não podemos ter a posição do sindicato da REFER ou da Polícia pois, ao contrário desses, as nossas "formas de luta" nunca irão gerar incomodo e só reforçam o sentido de desconfiança e de inocuidade que já vimos projetando. Não podemos esquecer que oferecemos segurança. E embora essa segurança seja um dos pilares do Estado, a sociedade civil não compreende porque faltamos ao almoço como forma de protesto. Para eles até é positivo pois se nada fazemos ao menos com isso vamos poupando dinheiro. Talvez seja mais importante assumir a posição crítica ao desgoverno, ao caciquismo financeiro, ou à falta de equidade da justiça e, perante o país, em fóruns privilegiados, assumirmos a independência de valores e princípios éticos que deveriam nortear o governo do Estado. Claro que essa posição obriga a um intenso trabalho de casa, a facilidade de acesso a espaços públicos de opinião, ou a preocupações de outra índole pois, na verdade, o associativismo militar terá contornos limitadores e penalizantes. Mas, com a massificação do espaço interventivo, com muito tempo (que já vai faltando) e com o engrossar de uma participação com Oficiais cada vez mais jovens, iniciar-se-á a transpiração de um movimento inquietante e sempre desconcertante. Entretanto, ajustando o espaço de atuação às orientações estratégicas que infelizmente fragmentarão a Europa, talvez tudo comece a fazer sentido.

Companheiro, ficam aqui ideias muito soltas. Sei que haverá muito mais para dizer e refletir. Por exemplo, saber como o Exército resolverá a questão das carreiras dos atuais cursos de capitão ou major (ou será que em cada curso não há futuros Generais?), porque é que existe o desvario autárquico com dívidas de milhões de Euros e o Quartel-General, como reza a lenda, continua em Abrantes, porque é que o capitão Comando levou 7 anos de prisão efetiva e os autarcas corruptos, que nos levaram à ruina, ficam com penas suspensas, porque é que crimes de colarinho branco ficam sem justiça, etc.

Na verdade, o idealismo que aqui projeto traduz utopia de um sonho. Ou, mais que isso, o inconformismo de palavras sem sentido.

Abraço amigo

…